

UNIVERSIDADE DE COIMBRA
FACULDADE DE LETRAS

FICHEIRO EPIGRÁFICO

(Suplemento de «Conimbriga»)

29

INSCRIÇÕES 131-134



INSTITUTO DE ARQUEOLOGIA
COIMBRA 1988

FICHEIRO EPIGRÁFICO é um suplemento da revista CONIMBRIGA, destinado a divulgar inscrições romanas inéditas da Península Ibérica.

Solicita-se a colaboração de todos quantos tiverem directo conhecimento de achados.

Este fascículo estabelece as normas de apresentação dos textos, embora se admita e aceite uma certa flexibilidade.

O comentário onomástico deve ser breve e pode mesmo omitir-se. Pretende-se, todavia, uma descrição correcta da peça, uma indicação das condições do achado, uma leitura e comentário paleográfico, bem como indicação do paradeiro actual.

O *FICHEIRO EPIGRÁFICO* publica-se em fascículos de 16 páginas, cuja periodicidade depende da frequência com que forem recebidos os textos.

As inscrições são numeradas de forma contínua ao longo dos vários fascículos, de modo a facilitar a preparação de índices, que serão publicados no termo de cada série de dez fascículos.

FICHEIRO EPIGRÁFICO is a supplement of CONIMBRIGA whose objective is to make available previously unpublished Roman inscriptions of the Iberian Peninsula. Contributions from all finders are welcome; this issue sets the desired pattern of such contributions, allowing for a certain flexibility.

The onomastic and historic notes must, however, be very short. They can even be omitted, in which case the note in question will consist merely of a description of the object, of the conditions of its discovery, of a reading and paleographic commentary, and reference to present location.

FICHEIRO EPIGRÁFICO will be published in 16 page issues, of varying periodicity according to frequency of received notes.

The inscriptions will be numbered, the numbering being continuous along the issues, so as to facilitate the preparation of indexes, which will be published at the end of each group of ten issues.

Toda a colaboração deve ser dirigida a:

All contributions should be sent to the editors:

José d'ENCARNAÇÃO

Instituto de Arqueologia — R. de Sub-Ripas, P-3000 COIMBRA

Maria Manuela Alves DIAS

Av. Madrid, 24, 2.º dt.º, P-1000 LISBOA

A publicação deste fascículo só foi possível graças ao patrocínio do

CONSELHO DIRECTIVO DA FACULDADE DE LETRAS DE COIMBRA

FICHEIRO EPIGRÁFICO

Suplemento de Conimbriga

ISSN 0870-2004

Editor: José d'Encarnação

Instituto de Arqueologia, Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra
Rua de Sub-Ripas, P-3000-395 Coimbra

FICHEIRO EPIGRÁFICO, Edición electrónica.

Proyecto y realización, Joaquín Gómez-Pantoja
Digitalización y traducción de PDF, Mariano Rodríguez Ceballos
Índices: Joaquín Gómez-Pantoja, José Vidal Madruga y José
d'Encarnação.

Este trabajo ha sido financiado por el proyecto “VBI ERAT LVPA”
(2002-0462/001-001CLT CA22) de la Comisión Europea.



INSCRIÇÃO MONUMENTAL DE PAX IVLIA

Publicou o jornal «O Bejense», na sua edição de 28 de Junho de 1879 (ano XX, n.º 965), a notícia de que se encontrara em Beja, «nas imediações da Porta de Avis», junto à muralha, — por ocasião dos desaterros ali então realizados — «uma lápide com inscrição, a qual foi removida para o edifício da Câmara Municipal» ⁽¹⁾.

É o seguinte o texto epigráfico transcrito pelo jornal:

IVSTVS · PATERIA
OTES XXI COLON
TVRRES I ORTAS

Pelo que sabemos de outras referências à epigrafia romana de Beja colhidas no mesmo periódico, elas são, normalmente, da responsabilidade dos redactores, desprovidos, como é natural, de conhecimentos epigráficos, que se limitam, por isso, a maior parte das vezes, a copiar o que é mais legível, sem outra preocupação que a de noticiar. E felizmente que essa tinham: de facto, «O Bejense», como agora mais uma vez se demonstra, ainda hoje nos presta relevantes serviços para a reconstituição do contexto arqueológico de muitos achados.

⁽¹⁾ Fico a dever à amabilidade do doutor Jorge Alarcão a transcrição desta referência que me passara despercebida aquando da investigação levada a efeito sobre a epigrafia romana do *conventus Pacensis*. A local informa ainda que, na mesma ocasião e junto à citada Porta de Avis, apareceram «restos de capitéis, mármore finíssimos de pavimentos e uma moeda romana de prata».

A epígrafe levou descaminho: não se encontra na colecção do Museu Rainha Dona Leonor nem Abel Viana a citou alguma vez nos seus trabalhos sobre epigrafia ou sobre os vestígios romanos da cidade, nem mesmo quando, no «Diário do Alentejo», de 18 de Setembro de 1940, se referiu a uma outra lápide semelhante (IRCP 292) «que servia de marco no parapeito da Fonte dos Frangãos», oferecida ao museu pela «Direcção das Obras Públicas» do distrito de Beja. De resto, quando, a 11 de Junho de 1892 (n.º 1640), escassos treze anos passados portanto sobre a primeira notícia, «O Bejense» noticia o novo achado⁽²⁾, não estabelece a relação com o primeiro, sinal de que, de facto, cedo ele desaparecera.

Com base em textos semelhantes⁽³⁾ e tendo em conta a probabilidade de o fragmento recuperado representar, sensivelmente, a parte média da epígrafe, é possível considerá-lo integrante de uma placa monumental colocada à entrada da cidade romana.

⁽²⁾ É curioso verificar que, nesta local, se diz que o fragmento «estava servindo de frade junto à ponte dos Frangãos na estrada de Beja a Barrancos» quando, como vimos, o inventário do museu elaborado por José Umbelino Palma, em que Abel Viana se baseia, fala de *marco no parapeito da fonte*. Julgo que deverá ter havido gralha tipográfica e 'ponte' será mais lógico, dado falar-se de «parapeito» e de «frade».

⁽³⁾ Cf. ILER 2090 = IRB 51: *C. Coelius Atisi f., IIvir quinquennalis, muros, turres, portas faciendum coer(avit)* (sic) — é um texto de Barcelona que Balil (citado em IRB) considera não anterior a 26 a. C. Em Sagunto, foram os duúviro Fúlvio Ticiniano e L. Lucílio que, por decreto dos decurções, cuidaram da reparação de torres e muros da cidade, na segunda metade do séc. I antes da nossa era: cf. F. BELTRÁN LLORIS, *Epigrafia Latina de Saguntum y su territorium*, Valencia, 1980, n.º 57 (= CIL II 6021 e ILER 1396).

No entanto, o exemplo mais significativo é, sem dúvida, CIL XII 3151, de Nîmes (Gália Narbonense): *Imp. Caesar, Divi f., Augustus, cos. XI, trib. potest. VIII | portas murosq. Col. dat.* Trata-se, pois, da oferta feita à colónia das portas e das muralhas, em 16-15 a. C., pelo imperador Augusto.

Um outro texto que se poderia aduzir é CIL XII 2229, procedente de Cularo, também da Gália Narbonense, mas apenas para mostrar que esta atenção imperial para com as muralhas e as portas das cidades se manteve ao longo de todo o Império; de facto, CIL XII 2229, embora não completo (mas reconstituível), informa que os imperadores Diocleciano e Maximiano (286-305) não só se preocuparam com a perfeita construção das muralhas e respectivos edifícios interiores como também indicaram qual o nome que queriam fosse dado a uma das portas de Cularo: «*muris cularonensibus cum interioribus aedificiis providentia sua institutis adque perfectis portam viennensem herculeam vocari iusserunt*».

A circunstância de as palavras *Augustus* e *Pater* estarem grafadas por extenso sugere que estamos perante a identificação do imperador Augusto, tanto mais que, além dele, só Tibério logrou gozar do poder tribunicio pela 21.^a vez.

Na l. 1, a terminação *-ustus* e a possibilidade evidente de se isolar a palavra *PATER* induzem a pensar que o nome do imperador está em nominativo, assumindo ele — e não qualquer magistrado municipal —, como ocorre no citado CIL XII 3151, o papel de promotor da iniciativa. Desta sorte, deverá optar-se por algo de semelhante à fórmula terminal desse texto de Nîmes: *DAT* ou *D(ono)* *D(at)* ou *D(edit)*, quicá melhor, por isso, que *F(aciendum)* *C(uravit)*. E, no fim da l. 2, teremos de preferência a palavra *coloniae*, em genitivo ou dativo, e não *coloni*. A seguir viria, decerto, o nome da colónia. Poderia ficar por extenso: *Pacis* nessa linha e *Iuliae* na outra. Contudo, dois argumentos são susceptíveis de apontar uma solução diferente: o primeiro é o equilíbrio da paginação e a lógica do letreiro, de índole monumental e, por isso, mais cuidado na distribuição das palavras consoante as linhas; o segundo, a circunstância de poder ser corrente a abreviação do nome da colónia — tal como numa canalização de chumbo da vizinha cidade de Évora a marca é simplesmente *LIB·IVL*, *Lib(eralitas) Iul(ia)*.

De concreto, só temos no texto transmitido pelo jornal a referência expressa às torres e às portas. Os exemplos citados autorizam, porém, a incluir as muralhas. A não ser que se tratasse de um simples restauro, menos provável.

Desta sorte, é possível conjecturar a seguinte reconstituição do texto completo:

IMP·CAESAR·DIVI·F·AVGVSTVS·PATER·PATRIAE
PONT·MAX·TRIB·POTES·XXI·COLONIAE·PAC·IVL
MVROS·TVRRRES·ET·PORTAS·DAT

[IMP(erator) · CAESAR · DIVI · F(ilius) · AV]GVSTVS ·
PATER PA[TRIAE] / [PONT(ife)x · MAX(imus) · TRIB(unicia) ·
P]OTES(tate) · XXI (vigesima prima) · COLONI[AE PAC(is)]
IVL(iae) / [MVROS] · TVRRES E[T P]ORTAS [· DAT vel D(ono)
· D(at, edit)]

*O imperador César Augusto, filho do Divino, pai da Pátria,
pontífice máximo, com o 21.º poder tribúncio, dá (ou deu) as muralhas,
as torres e as portas da colónia de Pax Iulia.*

Saliente-se, por conseguinte, a enorme importância do texto:
datado do período compreendido entre 1 de Julho de 3 e 30 de Junho
do ano 2 a. C., atestaria inequivocamente uma atenção específica do
imperador Augusto para com a cidade.

JOSE D'ENCARNAÇÃO

ESTELA FUNERÁRIA DE FORTIOS (PORTALEGRE)

FOTOS 132.1 e 132.2

Foi identificada pelo Serviço Regional de Arqueologia do Sul ⁽¹⁾, no Verão de 1987, junto à entrada da igreja de S. Domingos, em Fortios (povoação que é sede de freguesia do concelho de Portalegre), uma grande estela funerária romana, de granito. Tem forma assimilável à dum paralelepípedo alongado e embora, pelas dimensões, se aproxime das estelas identificadas na região, a circunstância de não ter sido mais trabalhada dá-lhe um lugar, até agora, ímpar no panorama da epigrafia local.

Submetida desde há muito à acção dos agentes atmosféricos, apresenta inúmeros líquenes que dificultam a legibilidade da epígrafe, localizada na parte superior da face dianteira e enquadrada em quatro linhas de pauta singelas, paralelas. Não é possível determinar, por exemplo, se existiriam mais letras nas extremidades das linhas, devido ao rolamento a que as arestas foram sujeitas.

Dimensões: 244 × 69 × 28.

Campo epigráfico: 49 × 43.

⁽¹⁾ Agradeço ao Dr. Caetano de Mello Beirão, então director do Serviço, a amabilidade que teve em comunicar-me o achado e em pôr à minha disposição todos os elementos recolhidos, inclusive as fotografias, únicas fontes, aliás, em que baseio este trabalho — o qual terá, por isso, um carácter provisório, atendendo, nomeadamente, à circunstância de que se torna difícil fazer no local fotografias melhores do que as que apresentamos.

A Urso, filho (ou marido?) de Búrria — Ármis.

Altura das letras: 14.

Os caracteres são actuários, com reminiscências do tipo monumental quadrado designadamente na regularidade do seu traçado, na circularidade do O, na simetria do V e na verticalidade do R.

Na l. 1, o S poderá oferecer dúvidas; não havendo vestígios aparentes de mais letras, ter-se-á muito provavelmente o dativo do antropónimo, de origem latina, *Ursus*, que na Península Ibérica se documentou já, sobretudo no feminino ⁽²⁾.

Na l. 2, antes da letra que considere um B, há vestígios de um pequeno traço vertical junto à linha de pauta inferior. Creio que não será resto de letra, pois não parece haver espaço para ela. O B não é muito claro; contudo, atendendo à rectilínea obliquidade da perna do R, a hipótese de R (para dar RVBRIAE) não se me afigura viável. No final dessa linha, uma leitura AN (em nexa) — de AN(*orum*) — fica contrariada pelo afastamento entre a perna direita do A e a barra vertical da letra seguinte; por outro lado, parecem visíveis as barras horizontais de um E (menos nítida a inferior). *Burrius* é antropónimo documentado ⁽³⁾ (talvez na Península ainda não). Aqui estaria a forma feminina, em dativo ou em genitivo.

Na l. 3, o A é largo, como o da linha anterior; o R poderá suscitar alguma dúvida, uma vez que os líquenes não permitem distinguir bem a metade inferior; M bastante largo. Não se percebe

⁽²⁾ Cf. índices de ILER, p. 759 e 760. *Ursa* registou-se no sul de Portugal, até ao momento, unicamente numa cupa funerária procedente de Trigaches, Beringel, junto a Pax Iulia (cf. IRCP 318). Sobre a ocorrência deste antropónimo no conjunto do CIL, cf. I. KAJANTO, *The Latin Cognomina*, Helsinki, Roma, 1982, p. 329 (note-se a sua frequência na parte oriental do Império: 115 testemunhos num total de 230, ou seja, 50%).

⁽³⁾ Cf. TLL II p. 2252, s.v. «Burrius»: regista-se, por exemplo, em Roma (CIL VI 13663) e na Numídia (CIL VIII 7236, *Burria*) como gentilício e na Ásia (CIL III 9760) como nome único.

se existe ponto após o I; mas há aí um amplo espaço que não tem, aparentemente, qualquer letra; e depois o S.

Não ousou ser peremptório na interpretação do texto. Se os dois primeiros antropónimos estivessem em dativo (postular-se-ia, na l. 2, um patronímico — e, neste caso, teríamos um F no final —, mas o feminino torna essa ideia remota) e se ARMI fosse um genitivo, poder-se-ia dizer que se trata do monumento funerário de Urso e de Búrria, que ali jazem — S(itis) —, sendo *Armi* (de cujo eventual nominativo, *Armius*, não encontrei exemplos) o patronímico de ambos. *Armīs*, *idis* está, porém, documentado como cognome feminino em CIL V 2684. Teríamos, neste caso, uma dedicante, Ármis, a homenagear Urso, filho (ou marido?) de Búrria.

Mas, repito, tanto a leitura como a interpretação são apresentadas com reservas.

Um texto muito sintético, portanto, simultaneamente funerário e de homenagem (daí, o uso do dativo), datável (se atendermos à sua simplicidade e ao traçado das letras) dos primórdios do séc. I da nossa era.

JOSÉ D'ENCARNAÇÃO

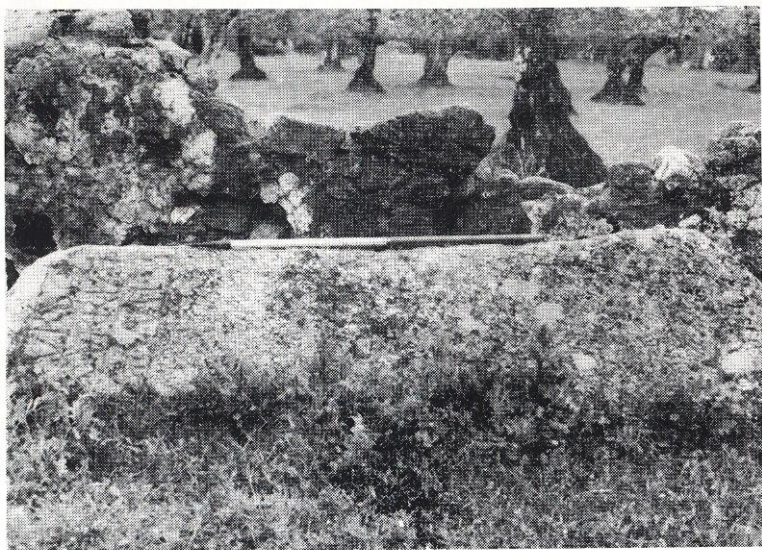
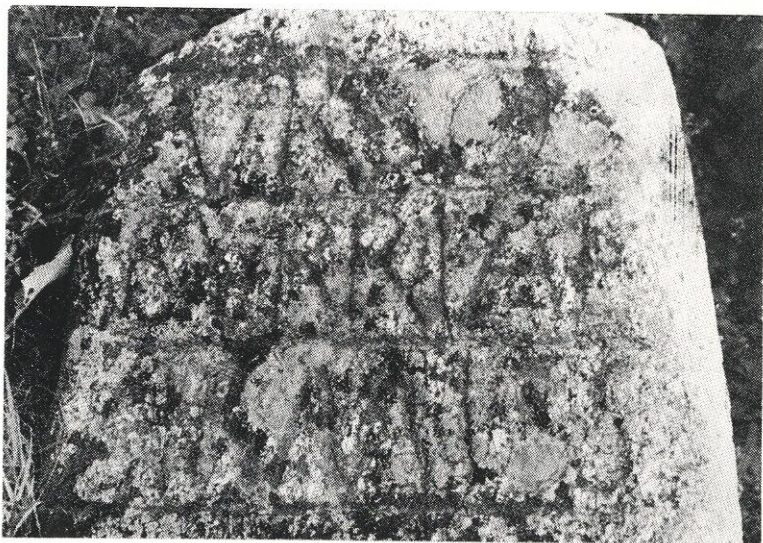


Foto 132.1



132.2

ARA FUNERÁRIA DE TAVIRA

Foto 133

Teve o Dr. João Manuel Bairrão Oleiro a amabilidade de me fornecer cópia das fotografias n.^{os} 788 e 789 do seu arquivo pessoal, feitas na Quinta da Torre d'Ares (freguesia da Luz, concelho de Tavira), em Novembro de 1948.

O monumento fotografado, uma ara funerária romana de 42×19 cm, estava no pátio empedrado junto a uma casa térrea da quinta. O seu paradeiro actual é desconhecido, sendo, porém, verosímil que esteja na posse dalgum dos proprietários do prédio.

De calcário, a ara apresenta o capitel destruído na sua quase totalidade. O canto inferior esquerdo da face epigrafada foi também partido, de forma que desapareceu parte da penúltima e da última linhas da inscrição. Do lado direito, a superfície epigrafada sofreu igualmente importantes danos, a impedirem uma definitiva e correcta interpretação do texto, porque já não existe o final das linhas 2 a 5.

Resta parte da moldura que separava o capitel do fuste, formada, ao que parece, por um óvalo seguido de faixa directa. No fuste, o campo epigráfico foi obtido por rebaixamento da superfície na face dianteira; do lado esquerdo, estava gravado um jarro muito semelhante ao que ilustra o monumento funerário de Catúrica Prima achado na cidade de Faro (IRCP 18): bojo redondo, alto colo rectilíneo, boca rectangular para a direita, asa elegante em S que nem chega a tocar-lhe, pé (muito provavelmente) triangular. Aliás, pela forma do D e pela paginação da fórmula inicial, ambos os monumentos devem ter sido produzidos na mesma oficina. É, pois, também possível que, no lado esquerdo, tenha sido gravada a pátera, de disco cavado e pega desenhada, como no referido monumento de Catúrica. A base é bastante ampla, relativamente ao fuste, e teve moldura: pela fotografia, dá impressão de se compor de filete e gola reversos.

A inscrição reza o seguinte:

D M S / SYCECALE / V ANO M[...] / SOROR[...] / ⁵ TRICISM
[...] / [...] SALCEA[...] / [...] ET VEGET

Paginação com tendência para seguir um eixo de simetria. Caracteres actuários, com ductos variados: as hastes da esquerda do M, do A e do N formam vértice um pouco abaixo do termo superior das da direita: V levemente encurvado; C aberto; haste vertical do E ligeiramente inclinada para trás; O oblongo; a perna do R, bastante cursiva, não toca na haste vertical.

O texto parece conter o epitáfio de *Sycecale*. Este antropónimo, de que não encontrei paralelos, poderá ter sido formado a partir de dois vocábulos gregos: $\psi\upsilon\chi\acute{\eta}$ + $\chi\alpha\lambda\acute{\eta}$, o que lhe outorgaria um significado curioso, «a da bela psique».

Na l. 3, haveria lugar para a indicação da idade. A reconstituição V(*ixit*) ANO (*uno*) M(*ensibus*) [V] (parece notar-se o vértice superior esquerdo do V) não seria, por isso, despcienda.

O monumento terá sido dedicado por familiares, cujos nomes e grau de parentesco estariam mencionados nas linhas 4 a 7. Desta sorte, algo como SORORES, as irmãs, poderia estar na l. 4, seguindo-se-lhes os respectivos nomes. Para a primeira, TRICISMA seria possível, porque, embora seja também ele um antropónimo sem paralelos, poderia ter sido formado a partir do vocábulo grego $\theta\rho\acute{\iota}\xi$, $\tau\rho\iota\chi\acute{o}\varsigma$, «cabelo», com o sufixo substantival -isma, outorgando-lhe, por isso, o sinónimo de «cabeluda», «de farta cabeleira». Na l. 6, deve faltar uma letra que, aparentemente, só poderá ser P, na medida em que uma vogal obrigaria a dobrar a consoante e não há espaço. PSALCEAS ou PSALCEADES, apesar de não documentados, seriam hipóteses a considerar, eventualmente relacionadas com o universo dos vocábulos ligados ao canto. Do último antropónimo não parece existir a letra final; mas, se considerarmos o termo SORORES a identificar todas as dedicantes, há que ver aí o feminino VEGETA, um *cognomen* de origem latina ⁽¹⁾.

Por consequência, a nossa proposta de reconstituição é, sob reservas, a seguinte:

⁽¹⁾ Cf. I. KAJANTO, *The Latin Cognomina*, Helsinki, 1965, p. 247: 67 testemunhos no conjunto do CIL, sendo 28 da Península Ibérica.

D(is) M(anibus) S(acrum) / SYCECALE / V(ixit) ANO
M(ensibus) [V (quinque)] / SOROR[ES] / ⁵ TRICISM[A] / [P]SAL-
ČEA[D/ES ?] ET VEGET(a)

Consagrado aos deuses Manes. Psiquécale viveu um ano e cinco meses. As irmãs, Triquisma, Salquéade (?) e Vegeta.

Estamos perante um ambiente de forte conotação com a cultura grega ⁽²⁾, o que não admira, dada a situação marítima e cosmopolita de Balsa, cidade romana sita precisamente em Torre d'Ares ⁽³⁾.

JOSÉ D'ENCARNAÇÃO

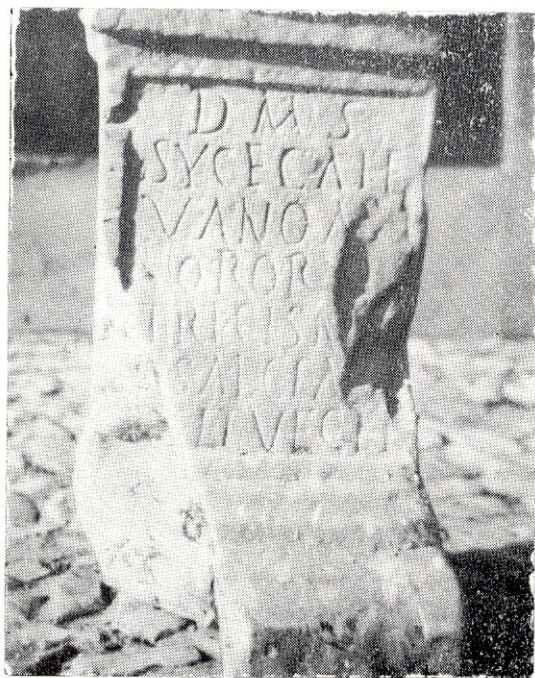


Foto 133

⁽²⁾ Há mesmo uma inscrição em grego (CIL II 5174) proveniente da vizinha freguesia de Santa Luzia: cf. JOSÉ D'ENCARNAÇÃO, *Inscrições Romanas do Conventus Pacensis*, Coimbra, 1984 (= IRCP), p. 123.

⁽³⁾ Pode confrontar-se o que, a este propósito, escrevi no artigo *A população romana do litoral algarvio* («Anais do Município de Faro» XVII 1987 p. 57-75, sobretudo p. 69). Sobre Balsa, cf. A. TOVAR, *Iberische Landeskunde*, II, Baden-Baden, 1976, p. 205-206.

ESTELA FUNERÁRIA DE ARAMENHA (MARVÃO)

Foto 134

Em carta endereçada ao Prof. Jorge Alarcão, J. A. Allen, residente no Porto, apresentava o desenho do fragmento de uma «lápide sepulcral de granito», que estava a servir de soleira do forno na casa do Sr. José Cordeiro, na Quinta da Condessa de Monsaraz, em Aramenha.

Estive na referida Quinta do Deão (S. Salvador de Aramenha, Marvão), em 18 de Junho de 1956, juntamente com Guilherme Cardoso, e pude confirmar a veracidade da informação, que agradeço ⁽¹⁾.

Como se pode ver pela foto (obtida com as dificuldades evidentes), trata-se de uma estela funerária, de granito do tipo comum na região: longa; de campo epigráfico rectangular, polido e limitado por filete; faces laterais medianamente alisadas; face posterior não trabalhada e levemente abaulada até.

Assentam sobre a face epigrafada as ombreiras da porta do forno; e se a da direita nada prejudica, porque ocupa o espaço

⁽¹⁾ Agradeço também ao Sr. José Cordeiro «Neves» a amabilidade com que nos acolheu e as facilidades concedidas para o estudo desta e das outras inscrições romanas conservadas no pátio de sua casa. Aproveito o ensejo para recordar que, como explicito na pág. 853 das *Inscrições romanas do Conventus Pacensis* (Coimbra, 1984) (= IRCP), aí se encontrava ainda, nessa data, a metade inferior da epígrafe IRCP 632 (= CIL II 164, ILER 4669) e o fragmento da esquerda de IRCP 618 (= CIL II 159, AE 1946 253). Por ter sabido que se tratava de mais um(a) cluniense, eu aventara a hipótese de esta peça se poder identificar com o epitáfio de Optata (IRCP 629 = CIL II 163, ILER 5291). Tal identificação não é, todavia, possível. Este outro epitáfio deve, por isso, continuar a considerar-se de paradeiro desconhecido, corrigindo-se, em consequência, as referências feitas, a esse propósito, nas págs. 688 e 853 das IRCP.

abaixo da zona com inscrição, a da esquerda assentou precisamente sobre as linhas onde se grafara a identificação do defunto. Como, à primeira vista, não foi aberto nenhum buraco para facilitar o assentamento das pedras, é bem possível que, no momento em que o forno seja remodelado e a peça se retire, se leia por completo essa identificação.

Dimensões: $(95) \times 42 \times 14$.

Campo epigráfico: $(94) \times 37$.

L[...]A [...] / TI[... ...] F(*ilius*, -a) / [... (?)] [... (?)]
[CL]VN(*iēnsis*) / AN(*nōrum*) XXX (*triginta*) / ⁵ H(*ic*) S(*itus*, a) E(*st*)

Aqui jaz..., filho(a) de..., cluniense, de trinta anos.

Altura das letras: l. 1: ?; l. 2: 7; l. 3: 8; l. 4 e 5: 7. Espaços: 2: 5; 3 e 4: 3; 5: 6; 6: 42.

A paginação parece ter obedecido a um eixo de simetria, se atendermos à tentativa de centrar a fórmula final. Não há vestígios de pontuação. Os caracteres são actuários, regulares, notáveis pela sua simetria.

De seguro e por enquanto, apenas se poderá dizer que se trata de mais uma epígrafe funerária de um(a) cluniense, numa região que exerceu particular fascínio sobre as gentes oriundas desse *conventus* setentrional da Península Ibérica. De facto, como já tive ocasião de sublinhar (IRCP, p. 774), instalou-se no aro de Amaia, nos primórdios do Império, um núcleo de naturais de Clúnia: *G. Domitius, Mustari f(ilius)* (AE 1967 196, IRCP 619): *C. Licinius Verus, Medugeni f(ilius)* (CIL II 162, IRCP 620): e *Aelius Scapula* (CIL II 163, IRCP 629) ⁽²⁾. Se atendermos ao facto de Gaio Domício e Gaio Licínio Vero se identificarmos com o patronímico à maneira

(2) Sobre os movimentos migratórios dos Clunienses, depois da primeira abordagem feita por G. FABRE no artigo *Le tissu urbain dans le nord-ouest de la Péninsule Ibérique* («*Latomus*» 29 1970 314-339), a obra clássica é, ainda, a de Carmen GARCÍA MERINO, *Población y poblamiento en Hispania romana*, Valladolid, 1975, que não dispunha, porém, como é óbvio, de todos os elementos. Cresce, no entanto, o número de testemunhos da vinda de Clunienses para esta zona da Lusitânia, atraídos pela mineração. O último documento epigráfico conhecido refere-se a T. Domitius Postumus, cujo epitáfio, encontrado em Meimoa (Penamacor), Mário Pires Bento e F. Patrício Curado publicam no fascículo 28 do «Ficheiro Epigráfico».

indígena, somos levados a ver, na actual l. 2 do texto, a indicação da filiação: algo como TITVLI F(*ilius*, -a) poderia convir, uma vez que esse nome parece poder reconstituir-se num ex-voto a Júpiter Óptimo Máximo proveniente da mesma área (AE 1950 214, IRCP 605). Nesse caso, a indicação da naturalidade — expressa em módulo maior — ocuparia integralmente a l. 4. A circunstância de, assim, essa linha poder fugir à simetria aconselha, porém, a apresentar a hipótese com algumas reservas e a deixar a solução definitiva da leitura para quando o monumento for retirado do local.

Paleograficamente e tendo em consideração a ausência da fórmula S. T. T. L., é monumento datável da primeira metade do século I da nossa era.

JOSÉ D'ENCARNAÇÃO

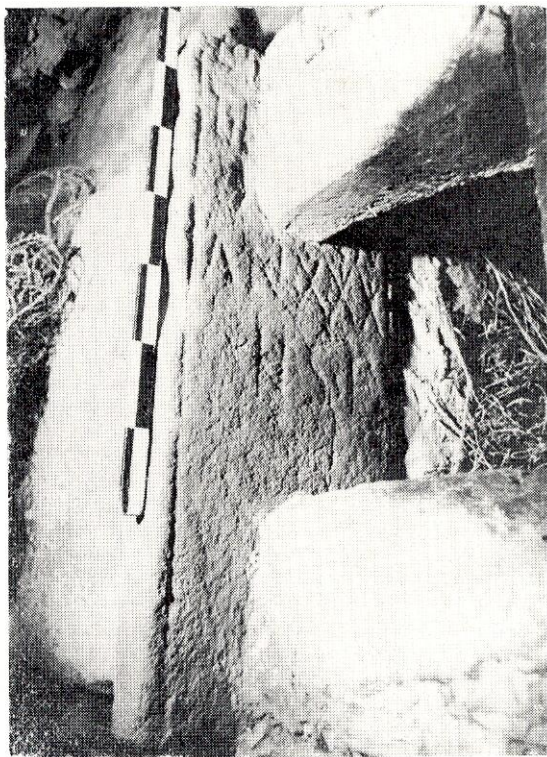


Foto 134